



Comunicado da Federação Portuguesa pela Vida

A propósito da reportagem sobre Educação Sexual publicada no jornal i

A Federação Portuguesa pela Vida comunica:

1. A primeira lei de educação sexual data de 1984 e desde então o processo tem estado sujeito a grande polémica apenas porque um grupo diminuto e sem representatividade na sociedade pretende impor a sua visão a todas as crianças portuguesas. Se o modelo fosse optativo há muito toda a polémica estaria encerrada.
2. Em 2005 o Expresso denunciou o escândalo das propostas desse grupo levando ao cancelamento dos protocolos que o Ministério da Educação com eles celebrara (mais informação em: www.moye.com.pt).
3. Em 9 de Junho de 2010 o Jornal i volta a revelar o conteúdo escandaloso dos materiais que as escolas compraram á APF e estão a impor às crianças.
4. Não surpreende assim que tenham chegado ao nosso conhecimento acções de educação sexual na escola levadas a cabo por ONGs alheias à mesma e que exigem ficar a sós com as crianças...
5. Acresce que o referido material serve um programa cientificamente desadequado. Não basta anunciar que se pretende diminuir a gravidez e as doenças para que o programa proposto de facto diminua a gravidez e as doenças. Nunca o conseguiram em nenhum país. Não o vão conseguir aqui.
6. A FPV recorda que cada criança é única e o direito/dever de educação não pode ser expropriado aos pais nem pela lei nem por maiorias conjunturais em órgãos colegiais das escolas.
7. Continuaremos por isso a bater-nos pela liberdade de cada família educar os seus filhos como entende, sendo-lhe dada a possibilidade de recusar qualquer programa de educação sexual ou o direito de opção por aquele modelo que for da sua escolha, conforme decorre dos direitos que são conferidos por diversas Declarações Universais e a Constituição da República Portuguesa.

Lisboa, 11 de Junho de 2010